

Ass *minist fazenda*
FOLHA DE S. PAULO

Um jornal a serviço do Brasil ★ ★ ★

Publicado desde 1921

Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

Diretor de Redação: Otávio Frias Filho — Conselho Editorial: Boris Casoy, Luiz Alberto Bahia, Rogério César de Cerqueira Leite, Osvaldo Parahyba, Marcelo Coelho, Roberto Macêdo, Carlos Alberto Longo e Otávio Frias Filho (secretário)

Um discurso a mais

As metas apresentadas pelo ministro Dilson Funaro à bancada do PMDB no Congresso parecem ter sido feitas sob medida para a audiência à qual se dirigiu. Mas nem mesmo esta mostrou-se convencida ao sair do encontro. Não é para menos: fala-se em reduzir a inflação, em discutir medidas para baixar os juros, em limitar a remessa de divisas para o exterior: propósitos tão desejáveis como longínquos. Quanto aos meios de consegui-los, continuava-se na mesma. Reproduz-se o clima de confiança, auto-ilusão e misticismo econômico que vem sendo a tônica do atual governo. Líderes do PMDB afirmavam que não iriam emprestar apoio ao ministro sem que este especificasse sua política econômica. Providenciaram-se então, para quem quiser acreditar, algumas obviedades, outras tantas medidas de emergência, várias declarações de princípio e até mesmo algumas iniciativas corretas, ainda que limitadas.

Entre estas últimas pode-se inserir a determinação de construir 250 mil casas populares. Mas o déficit habitacional em todo o Brasil é de dez milhões de moradias. No Estado mais rico do país, chega a um milhão. A urgência de alguma iniciativa neste sentido deixou de fazer parte das considerações econômicas propriamente ditas; há a considerar, antes de mais nada, uma situação social insuportável. Calcula-se que seja de cem mil o número dos que se envolveram nas últimas invasões de terrenos na zona leste de São Paulo. A esta forma ilegal, explosiva e política de reivindicação, é preciso dar alguma resposta concreta; até aqui, o que se fez foi assassinar um invasor. Uma solução eficaz para o problema exige uma política tributária que desestime violentamente a especulação com terrenos ociosos nas grandes cidades, e formas amplas de incentivo à produção de casas populares pelo setor privado. As atitudes do governo estão ainda bem longe disto.

Funaro insiste, com o mais entusiasmado irrealismo, num crescimento de 7% do PIB este ano, quando uma desaceleração econômica já se mostra iminente e inevitável, em parte devido à própria incapacidade do governo de esconjurá-la a tempo. Decidiu-se apostar, é verdade, numa política anti-recessiva dirigida para o estímulo à demanda interna, o que pode a curto prazo ser eficiente em diversos setores de produção; mas continua em suspenso o problema enfrentado por outras áreas de atividade, que é a dificuldade de a oferta atender às pressões do mercado. E este fenômeno se deve, antes de tudo, à paralisação dos investimentos; promover um au-

mento na demanda é ineficaz nos setores em que há incapacidade para aumentar o montante de produção — e consequentemente a quantidade de bens disponíveis para o consumidor. Foi este, aliás, o erro do Plano Cruzado, quando o aquecimento da procura foi brusco demais para que os investimentos pudessem acompanhá-la. Esta insuficiência dos investimentos não só continua, como é agravada pelo clima de incertezas que o governo, ao decretar uma moratória e ao perder-se na improvisação política, instituiu no país.

O espírito geral do discurso conflita com outro objetivo também anunciado pelo ministro, que é o da redução do déficit público. Se é importante extirpar um fator essencial de aceleração inflacionária, não ficou claro como isto será feito, e quais as áreas priorizadas para o esforço de contenção. Por outro lado, é inadiável a exigência de manter algum nível de investimento produtivo, e de acelerar políticas sociais capazes de minimizar os sacrifícios do atual processo de desaquecimento econômico. Torna-se então imperativo saber como será possível conseguir recursos para tanto.

O governo está disposto a efetuar uma real reforma tributária? O que foi feito da idéia de reexaminar a política de subsídios, conforme prometido pelo presidente Sarney quando da decretação da moratória? Há alguma seriedade no propósito de conseguir maior desempenho das empresas estatais, se o termo privatização é motivo de escândalo para a maioria dos membros do PMDB? Questão ainda mais importante: como resistir às pressões que se acumulam sobre o déficit público, quando o Banco Central não dispõe de autonomia para conduzir a política monetária? A independência do Bacen significaria uma transformação econômica sem precedentes, possibilitando um mecanismo institucional para extinguir a irracionalidade e as injunções políticas que permeiam a administração das finanças públicas no Brasil.

Iniciativas deste tipo exigiriam uma disposição de mudança e de inovação que as autoridades já deixaram de demonstrar. Na ausência de um programa eficiente para a economia, convive-se com índices inflacionários que desestimulam o investimento e aprofundam os riscos de recessão; com uma crise social visível em inúmeros pontos do país; com um impasse nas contas externas que não terá como ser resolvido sem sacrifícios. Problemas desta natureza não motivam o governo. Exceto para pronunciar, quando as exigências políticas são irrecusáveis, um discurso a mais.